

## **A IDENTIDADE TERRITORIAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA EM SEU PROCESSO DE FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL E URBANIZAÇÃO**

Altemar Amaral Rocha\*

### **RESUMO**

Este trabalho baseia-se na análise dos processos de formação territorial tendo em vista as transformações socioespaciais ocorridas em Vitória da Conquista, com o objetivo de compreender a estrutura urbana da cidade. Destaca-se a produção do espaço urbano e as relações socioespaciais como fio condutor da pesquisa. A metodologia da pesquisa baseia-se na articulação da epistemologia materialista e do pensamento crítico com a análise da questão urbana, que conduz ao estudo das relações socioespaciais. Foram realizadas várias incursões no espaço urbano de Vitória da Conquista para detectar tais processos e transformações socioespaciais em curso na cidade, bem como um levantamento de dados sobre os primórdios da ocupação territorial que culminou no núcleo urbano ao qual passou a ser a atual cidade de Vitória da Conquista, o resultado disso, foi uma análise detalhada do processo de produção espacial elencando, os traços que marcam a identidade territorial de Vitória da Conquista.

**Palavras-chave:** Espaço Urbano, Produção do Espaço, Identidade Territorial.

### **ABSTRACT**

This work is based on the analysis of the processes of territorial formation in view of the sociospatial transformations that have occurred in Vitória da Conquista, with the objective of understanding the structure of the city. Noteworthy was the production of urban space and the sociospatial relations as thread of research. The research methodology is based on the articulation of materialist epistemology and critical thinking to the analysis of urban problems, leading to the study of socio-spatial relations. They performed several forays into the urban space of Vitória da Conquista to detect such processes and sociospatial transformations current in the city as well as survey data on the beginnings of territorial occupation which culminated in the urban core which became the present city of Vitoria Conquista of the result, it was a detailed analysis of the process of spatial production enumerating the features that mark the territorial identity of Vitória da Conquista.

**Keywords:** Urban Space, Production Space, Territorial Identity.

### **Introdução**

O município de Vitória da Conquista tem uma história que remonta à colonização exploratória do território brasileiro, sua identidade territorial é marcada pelas incursões pertencentes ao processo de colonização portuguesa do século XVIII e início do século XIX. A

---

\* Doutor em Geografia pela UB, professor do Departamento de Geografia-UESB. [altemarrocha@gmail.com](mailto:altemarrocha@gmail.com)

busca do ouro, na faixa de terras entre o Rio Pardo e de Contas, aliado às políticas de interiorização do Governo Português, levaram a uma ocupação efetiva das terras hoje pertencentes ao município de Vitória da Conquista e Região.

Por volta de 1750, ocorreram as primeiras expedições Portuguesas pelas terras pertencentes hoje ao município de Vitória da Conquista. Nesse período, o território era ocupado por tribos indígenas, principalmente os índios Camacans que habitavam as margens do Rio Verruga e, no entorno da Serra do Periperi. Os portugueses ocuparam as terras indígenas e passaram a consolidar o arraial que deu origem à cidade.

Nesta pesquisa, iremos ver a trajetória da formação territorial de Vitória da Conquista, levando-se em consideração os processos socioespaciais decorrentes das ocupações territoriais ocorridas ao longo do século XVIII e XIX, passando pelas diversas configurações territoriais que a cidade teve em diferentes momentos, analisando as formas materializadas na paisagem urbana e os processos de planificação que sucederam em cada momento histórico analisado.

### **Os princípios da identidade territorial de Vitória da Conquista em seu processo de formação socioespacial**

Estudar o território sem compreender como foram estabelecidas as fronteiras que proporcionaram as atuais configurações territoriais existentes, deixa a princípio obscuro o processo de formação e transformação das estruturas socioespaciais presentes na atual configuração territorial.

Hartshorne (1936) introduziu a importância do contexto histórico e cultural na gênese e evolução dos limites e fronteiras. Para esse autor, os limites podem ser classificados pela paisagem natural no momento de sua formação, mas o estudo de suas mudanças bem como das etapas de delimitação e demarcação do território devem seguir a dinâmica sociocultural e econômica desenvolvida e materializada no espaço geográfico. Para Raffestin (1993) os diversos estudos sobre esse assunto, estão negligenciando a importância das concepções de fronteira e de suas funções e efeitos sobre a organização espacial. Nessa perspectiva de análise, Raffestin afirma que a fronteira constituiu e constitui um meio de diferenciação territorial, mas também uma divisão temporal das atividades humanas.

No caso do de Vitória da Conquista, esta diferenciação territorial, remonta a sua própria origem já que por volta de 1750, as terras que hoje pertencem ao seu território passaram a ter atividades humanas voltadas para a transformação da paisagem tipicamente

natural em uma paisagem com traços da produção de bens voltados para o mercado, sobretudo o mercado europeu.

Vitória da Conquista tem uma história que remonta à colonização exploratória do território brasileiro, pertence ao processo de colonização portuguesa do século XVIII e início do século XIX. A busca do ouro, na faixa de terras entre o Rio Pardo e de Contas, aliado às políticas de interiorização do Governo Português, levaram a uma ocupação efetiva das terras hoje pertencentes ao município de Vitória da Conquista e Região. Entre 1725 e 1760, vários sertanistas adentraram pelas terras no trecho entre o Rio Pardo e o Rio de Contas dentre eles Destacam-se: o Coronel Pedro Leolino Mariz -1724-1758; o Coronel André da Rocha Pinto 1724-1732; Domingos Dias do Prado 1724-1732; João da Silva Guimarães -1734-1758 e João Gonçalves da Costa 1752-1819. O início dessa ocupação pode ser confirmada pela carta do Vice-Rei da Bahia Vasco Fernandes Cesar de Menezes ao Rei de Portugal João V, em 15 de março de 1728, onde ele descreve:

Sobre a conquista do '*Gentio bárbaro*' no sertão do Rio de Contas, Rio Verde e Rio Pardo: Senhor, em carta de 12 de agosto do ano passado dei conta a Vossa Majestade, da entrada, e conquista que mandei fazer no sertão desta Capitania desde as Minas do Rio das Contas até o Rio Pardo, Rio Verde e cabeceiras do rio São Matheus. Comandava aquela entrada o Coronel André da Rocha Pinto, e em outras diligencias, Domingos Dias do Prado, que descobriu vários Ribeiros com boa pinta de ouro, entre o Rio das Contas e o Rio Pardo. (MENEZES, 1728 p.260).

As entradas faziam parte da política de ocupação territorial no interior das terras pertencentes ao chamado sertão – termo designado para denominar terras que estavam imediatamente após a costa litorânea do Brasil, composta por Floresta Ombrófila Densa, na medida em que o estrato arbóreo diminuía passava-se então ao sertão. Neste caso o sertão correspondia a cerca de 70% do território da Colônia Portuguesa.

Essa ocupação seguiu a lógica da política de colonização vigente. Isto é o sistema de sesmarias do governo Português. Portugal precisava estabelecer um sistema de produção em que as terras permanecessem sob o domínio da Coroa e, ao mesmo tempo, fosse barato. Como representavam um recurso precioso para a implementação do projeto exploratório, era importante que a cooptação da mão-de-obra fosse facilitada ao máximo com incentivos para aqueles que se propusessem a fazer o trabalho árduo de abrir caminhos pelos sertões e dominar os habitantes, foi o que fez o Português João Gonçalves da Costa que teve a perspicácia de embrenhar pelas matas das terras pertencentes ao atual território de Vitória da

Conquista para realizar essa tarefa que interessava à Corte portuguesa do século XVIII. João Gonçalves da Costa partiu de Minas Novas no início da década de 1750, juntamente com o Mestre de Campo João da Silva Guimarães, que tinha como comandante geral o Coronel Pedro Leolino Mariz.

As buscas por divisas minerais eram uma constante nesse período e, para garantir essas divisas existia uma política de fixação territorial por parte do Governo Português que consistia na doação de terras para quem tivesse interesse em produzir e desenvolver atividades mercantis no território. No entanto os colonizadores para obter a mão de obra deveriam subjugar os chamados Gentios Bravos (Índios nativos dessa Região). Numa dessas incursões pelos sertões da Bahia, Mariz (1757), define metas da ocupação territorial exploratória da região. Segundo Mariz, (1758), em seu Governo na Vila de Minas Novas, foram abertas estradas entre Minas Novas e Rio de Contas, passando pelas terras do Rio Pardo. Além disso, foram instalados postos de fiscalização de fronteiras e, com as descobertas do salitre na Serra dos Montes Altos, foram abertas as estradas que ligavam o sertão à Capital da Bahia, passando pela Vila de Sant'Anna, pela Vila do Rio das Contas, indo por Maracás, até Cachoeira, seguindo o Rio Paraguaçu.

Outro caminho que nesse período já existia era a ligação entre Minas Novas e a Vila do Rio de Contas, passando pelo território do Rio Pardo. Nesse período, existia um conflito de interesses territoriais no tocante as divisas entre os estados da Bahia e Minas Gerais.

O Estado de Minas Gerais foi criado por decreto Pelo Governador de São Paulo Conde de Assumar, em 1720. No entanto, os limites territoriais definidos no decreto, ocupavam terras pertencentes à Bahia, que comandava boa parte das terras entre Minas Novas até o Rio São Francisco. Ocorre que os limites estabelecidos pelo decreto, iam muito além dessas fronteiras. Foi definido que partindo da foz do rio Verde Grande no Rio São Francisco, seguindo pelo Rio Verde Grande até a sua nascente, e daí passando pelo divisor de águas entre a serra das almas até o Valo fundo, daí em reta até a barra do Rio Mosquito no Rio Pardo, daí, seguindo pelo divisor de águas entre o rio Pardo e o Rio Jequitinhonha até a Serra do Salto.

O fato é que esses limites não eram conhecidos nem pelos colonos, nem pelos exploradores da mineração que transitavam entre Minas e Bahia, havendo, contudo, conflitos jurídicos, políticos e religiosos. Assim foi definido por decreto em 1757, que as terras de Minas Novas pertenceriam a Minas Gerais, seguindo os limites definidos entre as bacias do Rio Pardo Rio Jequitinhonha e Rio Verde. Para evitar mais conflitos de interesses no território do Sertão do Rio Pardo, o Governador da Bahia Conde de Azambuja, pede ao

Ouvidor da Comarca de Jacobina, José Joaquim de Almeida Araujo que, comandava juridicamente todo esse território do interior da Bahia, para legislar sobre o assunto. O ouvidor então define em edital:

Faço saber que pelos termos da demarcação da dita Vila do Rio das Contas com das Minas Novas, todos os moradores e habitantes do Rio Pardo para cá pertencem à jurisdição da Vila do Rio das Contas subordinada a Comarca de Jacobina e, por conseguinte aos domínios da Bahia. Por servir o dito Rio Pardo de divisas aos termos de uma e de outra Vila, como também de um e de outro Governo, mando a todos os moradores e habitantes desse *território* (grifos meus) que não obedçam aos governos e jurisdições das Minas Gerais. (ARAÚJO, 1766 p. 266).

Em contrapartida, os ocupantes desse território para manter a garantia da ocupação deveriam explorar ao máximo os chamados recursos naturais, seja derrubando as matas para o plantio e ou empenhar-se em descobrir minas de ouro e pedras preciosas.

No caso do interior da Bahia o chamado Sertão Baiano, a atividade que mais sobressaiu naquele período e permanece até os dias atuais foi a pecuária principalmente com a criação de gado bovino. O gado bovino propiciava uma atividade mais duradoura isso fez com que os donatários de terras tivessem uma justificativa do uso de suas terras perante a coroa Portuguesa e com isso, após oito anos de ocupação eles garantiam o título da propriedade de suas terras.

Foi o que fez o Português João Gonçalves da Costa ao chegar aqui nas terras entre a bacia do Rio Pardo e Bacia do Rio de Contas, o principal interesse de sua entrada aqui nessas terras era a procura por pedras preciosas, mas aliado a essa atividade, João Gonçalves da Costa, fixou-se em pontos estratégicos do território para praticar a pecuária, angariar fundos econômicos e acumular bens e propriedades. A principal barreira para essa empreitada era atrair o nativos para o trabalho ou expulsá-los de suas aldeias ou cooptar mão de obra para suas atividades laborais, nesse sentido, os primeiros contatos com os indígenas era quase sempre conflituoso e, com isso, as batalhas sempre ocorriam quando os nativos resistiam ao processo de ocupação territorial.

Seguindo esta lógica, os povos que aqui viviam se mostravam, aos olhos do conquistador, um atrativo a mais para a ocupação das terras conquistadas, ainda que elas, a princípio, não mostrassem riqueza evidente. No caso das terras entre o Rio Pardo e o Rio de Contas, as principais tribos que aqui habitavam eram os Camacãs que sempre defendiam seu território com muito afinco e os botocudos que eram inimigos mortais dos Camacãs.



Os gentios bravos, como eram chamados os índios no período do Brasil colônia, representavam um recurso precioso para a implementação do projeto exploratório. Neste sentido era importante que a cooptação da mão de obra fosse facilitada ao máximo com incentivos para aqueles que se propusessem a fazer o trabalho árduo de abrir caminhos pelos sertões e dominar os habitantes nativos do lugar.

João Gonçalves da Costa, bem como os demais sertanistas, encontraram tribos com um grau de organização que se refletia numa resistência em subordinar-se aos ditos “conquistadores”. Foi verificado que quanto maior a densidade populacional e a organização dos “gentios”, maiores e mais sangrentas eram as tentativas de subjugá-los.

No entanto, o grupo de João Gonçalves da Costa, foi aos poucos, ocupando terras e por outro lado, atacando os gentios resistentes aos seus domínios, Controlando assim uma extensa faixa territorial que alguns anos após a sua ocupação passou a ser conhecido como o Sertão da Ressaca, nome originário do Rio Ressaca, ponto de partida da ocupação territorial. (ver mapa da figura 1).

Com um pouco mais de vinte anos atuando nas terras entre o Rio Pardo o Rio de Contas, João Gonçalves ocupou uma extensa faixa territorial cujo marco inicial, são as terras entre a Fazenda Ressaca, próximo ao Valo Fundo na divisa entre a Bahia e Minas Gerais, seguindo em direção nordeste, ocupando as terras da atual sede urbana de Vitória da Conquista, que entre 1753 e 1783, era denominado de Arrayal de Nossa Senhora da Victória.



Os feitos de João Gonçalves ficaram conhecidos das autoridades portuguesas a partir de 1779, quando o então governador do Estado da Bahia Manuel da Cunha Menezes, ficou sabendo das diversas atividades desenvolvidas por ele, principalmente a abertura das estradas que permitia o escoamento da produção do interior da Bahia para a Europa. Sobre João Gonçalves o Governador afirma:

Lembrei-me de abrir uma estrada, que em linha reta cortasse pelo meio da Capitania até sair na estrada geral do Rio São Francisco, para cujo efeito, tendo noticia de um homem, que com a sua família vivia nas cabeceiras da citada Capitania, no sertão da ressaca, chamado João Gonçalves, o qual obrigando-se não sei o motivo para aquele deserto por dilatado tempo, não logrou ver o fruto do seu trabalho, ...mas como lhe foi agregando alguns casais de índios domésticos e teve com que comprar alguns escravos, hoje tem no racho(*arraial da Conquista*) mais de 60 pessoas e rodeados das fazendas de gado, fornece gado para Nazaré. Fiz vir o homem a minha presença, propus-lhe as conveniências que se lhe seguiriam se houvesse um caminho mais curto e para umas povoações sem açougues e sem gados para a lavoura e transportes, e povoações para onde principiava a entrar com abundancia dinheiro da Fazenda Real e de Particulares, para madeira de construção de navios e de outras embarcações menores: não lhe desagradou a proposta, prometendo-me entregar a estrada em 3 anos. No mês de outubro passado, se concluiu a estrada parando o honrado homem com sua gente no sitio chamado Funil, sitio do próprio, para dele destacarem as estradas para as demais vilas *entre Ilhéus, Camamu, Jaguaribe e Salvador*. (grifos meus). (MENEZES, 12 de agosto de 1780).

Esta foi a primeira noticia oficial sobre a existência do arraial da Conquista, bem como do Português João Gonçalves e sua gente. Como o próprio Governador afirma, nesse período, 1780, já existia cerca de 60 pessoas morando no Arraial.

Passa a ser conhecido pelas autoridades Portuguesas, em 1781 quando recebe a Patente de Capitão Mor da Coroa Portuguesa, João Gonçalves da Costa, nascido em Portugal em 1731, veio para o Brasil com 16 anos em 1747, inserindo-se no contingente da população flutuante da Colônia Portuguesa e inicia suas aventuras pelo território baiano, ocupando terras pertencentes à Capitania Baiana com litígio jurídico entre Minas Gerais e Bahia, entre 1750 e 1780, foram varias incursões e ocupações com demarcação de propriedade de terras e abertura de estradas entre ambas. Ganha o titulo de Capitão Mor da Conquista e do Sertão da Ressaca em 31 de julho de 1781, e com ele a titularidade de todas as propriedades ocupadas por ele e seu grupo. Esse fato é confirmado em Carta Patente do Governador da Bahia Marquês de Valença anexa ao nº 21.726 de registro de ofícios ultramarino de 31 de julho de 1781.

Com sua patente de capitão em mãos, João Gonçalves da Costa, ganha não somente reconhecimento, mas a titularidade de suas terras que iam muito além das fronteiras da Bahia,



e assim continua expandindo o território e aumentando suas propriedades, como foi relatado em sua memória sumária e compendiosa da conquista do Rio Pardo (1807). Nela João Gonçalves narra a ocupação territorial ao sul do Rio Pardo entre os atuais municípios de Encruzilhada, Macarani e divisa Bahia/Minas Gerais na barra do rio do Salto. Antes disso João Gonçalves já havia fincado suas raízes com a abertura da estrada entre Conquista e Nazaré no Recôncavo Baiano, nesse trajeto, ele ocupou terras onde é o atual Planalto, terras no atual Poções, terras na atual Boa Nova, e as terras entre Boa Nova e Jequié, seguindo, o rio de Contas até a barra do Funil onde foi construída uma base de fiscalização de contrabandos das mercadorias que iam em direção à Capital da Capitania.

Em outra narrativa, João Gonçalves aponta outra ocupação territorial na Barra do Catolé- atual Itapetinga. Segundo Costa (1807), seguindo sua trajetória pelo rio, várias tribos de botocudos se avistavam fumegando nas florestas, após sua navegação pelo Rio Pardo entre a barra do Catolé até a foz, em Canavieiras, João Gonçalves da Costa, partiu pelo litoral até Ilhéus e, de lá negociou com o Governador Conde da Ponte, a abertura de uma estrada entre o litoral e sertão, a qual devido a sua idade avançada não teve condições de seguir na empreita. A estrada foi iniciada em 1810, pelo brigadeiro Felisberto Caldeira Brant Pontes, aproveitando os trechos de estrada construídos pelo Capitão Mor João Gonçalves entre o Valo Fundo e a barra do Rio Catolé no Rio Pardo.

Vale destacar que o processo de ocupação territorial na Bahia foi realizado imerso em resistências dos povos nativos, que em diversos pontos do Território do Sertão da Ressaca, entraram em conflito armado. Evidenciando-se assim, que o projeto de ocupação foi construído nos limites da oposição da própria vivência territorial dos nativos. Percebe-se com isso que a política de ampliação do território implantada pela Coroa Portuguesa, proporcionou diversos confrontos no contexto cultural, social e territorial, em contrapartida, foram elaborados planos de controle legislativo para tentar solucionar as contradições emanadas desse processo de ocupação territorial no interior da Bahia e em todas as partes da Colônia.

Toda essa ocupação territorial pode ser confirmada em uma documentação original de 1817, escrita pelo Príncipe Maximiliano de Wied Neuwied que percorreu o trajeto entre ilhéus e a divisa de Bahia com Minas Gerais. Em sua trajetória por este território Wied (1817), observou toda a natureza e os aspectos socioespaciais existentes naquele período. Com base em suas anotações, foi possível elaborar um mapa demonstrando as principais ocupações territoriais existentes no início do século XIX e toda a extensão territorial comandada por João Gonçalves da Costa e, por conseguinte, transferida para os domínios econômicos e políticos de Vitória da Conquista. (ver mapa da figura 2).

## CAMINHOS DE MAXIMILIANO WIED-NEUWIED-1817

VIAGEM AO BRASIL: DE ILHÉUS À MINAS-DE-MINAS À CONQUISTA-DE-CONQUISTA À CAPITAL DA BAHIA



Figura 2 - Mapa do percurso percorrido pelo Príncipe Maximiliano de Wied Neuwied no interior da Bahia em 1817. Fonte: elaborado pelo autor com base na reconstituição cartográfica do século XIX, e dados do Livro Viagem ao Brasil de Maximiliano-1817.



Wied-Neuwied (1817), além de abordar toda a relação sociedade/natureza existente aqui na Bahia no início do século XIX, garantiu uma fonte primorosa sobre o contexto espaço-tempo de Vitória da Conquista, na medida em que descreveu não somente os aspectos naturais das paisagens que ainda hoje pode ser comparada, mas também, mapeou e demarcou no território os primórdios da espacialização de cada uma das principais cidades da Bahia nos dias atuais. Com isso, hoje é possível ter uma noção dessa espacialização e toda a sua formação territorial, mediante o mapeamento de seu percurso em 1817 pelo interior da Bahia denominado naquela época de Sertão da Ressaca. (ver mapa da figura 02)

É importante destacar que processo de ocupação do território no Brasil Colônia fazia parte de projeto maior dos Portugueses, com objetivos, que consistia na acumulação primitiva de capital ancorado na expansão comercial e na ampliação cada vez maior dos lucros alcançados pela utilização do trabalho escravo.

Esse processo de colonização não significou somente a anexação de novos territórios ao domínio português, mas também um processo geoestratégico, cuja ação política estava centrada na conquista das terras propriamente dita, na exploração dos habitantes locais e no tráfico de escravos. Para a consolidação dessas geoestratégias o governo Português contou com pessoas que estavam dispostas a cumprir suas metas, aplicando uma legislação cujo comando central, era baseado numa hierarquia exterior e metropolitana. Ou seja, a centralização do poder na Europa e de lá partiam as decisões mais abrangentes para com o território, sobretudo na tentativa de encontrar novas áreas de exploração dos recursos naturais, aliados à política de fixação territorial por parte do Governo Português.

No interior da Colônia, principalmente o interior da Bahia, havia uma população mesclada e, ao mesmo tempo ilhada no território, que aos poucos iam constituindo culturas diversas, sob uma mesma base territorial, “com ilhas de desenvolvimento” (SANTOS 2004), devido à grande extensão territorial e a falta de caminhos que interligassem os diversos pontos ocupados, mas não somente isso; há que considerar também o desenvolvimento técnico científico daquele período, bem como os meios de comunicação e transporte entre os diversos pontos do território.

Quanto à continuidade das terras, deve-se levar em consideração, que são terras remanescentes da Vila de Santo Antônio da Jacobina, criada em 1720, pelo Governo Geral, cuja função era de administrar e ter controle jurídico sobre toda a extensão de terras entre o sertão da margem direita do Rio São Francisco e o litoral sul baiano e sua fronteira com Minas Gerais; cuja dimensão territorial era maior que a Espanha.

Dessa comarca, surgiu em 1724, a Vila do Sacramento das Minas do Rio de Contas, cuja dimensão territorial estava em torno de 100.000 km<sup>2</sup>. Ao Sul, surgiu a comarca de Minas Novas que comandava toda a extensão de terras entre o São Francisco, e o Rio Pardo; entre Minas Novas e Rio das Contas, vários pontos de apoio foram aparecendo ao longo do século XVIII, como por exemplo, o Valo Fundo, um entreposto de alfândega e de demarcação de território entre Minas Gerais e Bahia. Nesse fracionamento a Vila do Rio de Contas passa então a comandar toda essa porção territorial, inclusive as terras pertencentes ao Arraial de Sant'anna do Caetité (1730) e do Arraial da Conquista (1750). Por volta de 1810, ocorre o desmembramento da Vila Nova do Príncipe e Santana do Caetité, com uma extensão territorial de cerca de 52.000 km<sup>2</sup>. Em 1840, desmembra-se o arraial da Conquista, que passa a ter o status de Villa.

### **Transformações socioespaciais na expansão urbana e gênese da moderna cidade de Vitória da Conquista-BA**

Existem diversas versões para a gênese do povoado que se transformou na cidade de Conquista e, de como ela era no passado. Uma delas pode ser observada nos manuscritos de viajantes europeus por essa região:

Arraial da conquista, principal localidade do distrito, é quase tão importante quanto qualquer Vila do litoral. Contam-se aqui, umas quarenta casas baixas e uma igreja em construção. Os moradores são pobres, daí a razão porque os ricos proprietários das redondezas empreenderam a construção da igreja as suas expensas... Além dos recursos da cultura dos campos, a venda do algodão e a passagem de boiadas, proporcionam os meios de vida da população... passam por aqui, boiadas que chegam a mil cabeças por semana, que se destinam a capital. (WIED-NEUWIED, 1817 p. 409).

O crescimento do povoado ocorre principalmente pela sua localização estratégica, isto é, ponto de ligação entre o litoral e o sertão baiano, além disso, possuía e ainda possui uma condição climática favorável para os viajantes que por aqui passavam e acabam ficando. Essa realidade do Arraial da Conquista é mostrada por Wied-Neuwied em 1817:

A situação de Conquista não é desagradável, sobretudo por que do fundo do vale, cercado de colinas suavemente inclinadas, avistam-se os flancos e os



cimos dessas colinas cobertas de matas. Numa das vertentes, sombreada por umbrosas florestas, Conquista forma uma retângulo alongado. A igreja construída no lado mais alto ocupa o meio deste. As matas espessas que enchem toda a área em volta do retângulo dão-lhe a aparência de um prado verde claro e tornam muito agradável o aspecto da vila. (WIED-NEUWIED, 1817 p. 410).

A forma urbana de Vitória da Conquista em 1817 já possuía uma característica das cidades da Europa que em sua planificação, os traçados das ruas seguiam o modelo tipo xadrez e retangular, no caso de Conquista como bem demonstrou Wied-Neuwied, a forma retangular da vila já demonstrava os indícios de uma tenra urbanização no estilo modernista que a definia. Ao centro dessa área quase retangular foi construída a primeira igreja matriz, tradição de toda a colonização Portuguesa no Brasil, todo povoado cujas funções eram habitar descendentes diretos de Portugal, tinha como primeiro passo a construção da igreja, símbolo da religiosidade predominante em toda a sociedade europeia dos séculos XVI, XVII e XVIII; que foi introduzido no território da colônia e marcava toda a tenra morfologia urbana que surgia com as povoações, a localização da igreja e a espacialidade da praça.

Assim, o arraial cresce e passa a ter no início do século XIX, status de Vila, cuja principal atividade econômica é o comércio, aliado à criação de gado.

A expansão da aglomeração na Villa Victória, que foi predominante até o início do século XX, extrapola o Retângulo descrito por Wied-Neuwied (1817), e passa a ter novas ruas que eram marcadas pela irregularidade do traçado, cujas estruturas apresentavam se em leito carroçável estreito; cercado de terrenos que mais confundiam-se com fazendas.

Os arruados eram constituídos em sua maioria de casas alinhadas umas com as outras sem espaços de circulação entre ambas, os terrenos das casas estendiam-se até os fundos de vale, e ou encostas de morros, predominavam também construções junto às estradas e ou caminhos de roça, que normalmente só trafegavam as tropas e os animais oriundos das fazendas que circundavam o núcleo urbano desse período e ou das tropas oriundas do São Francisco e do Norte de Minas Gerais, com destino ao litoral.

A transição para uma urbanização de fato, cuja expansão da aglomeração fosse estabelecida, ocorre de forma muito lenta e gradual. Logo os primeiros arruados ganham contornos mais retilíneos, chegando a compor uma forma urbana predominante no século XIX, que são as ruas em sistema ortogonal.

Na foto imagem da figura 3, observa-se algumas questões da formação territorial da cidade de Vitória da Conquista. Uma dessas questões é que no lugar que se localiza a feira livre do Século XIX e a igreja matriz ao lado da Rua Grande, são onde atualmente funciona o centro administrativo, econômico e financeiro da cidade. Sendo que o trecho do rio verruga visível no mapa de 1840, hoje é canalizado, passando a ter suas águas correndo em canais subterrâneos, desde meados do século XX.

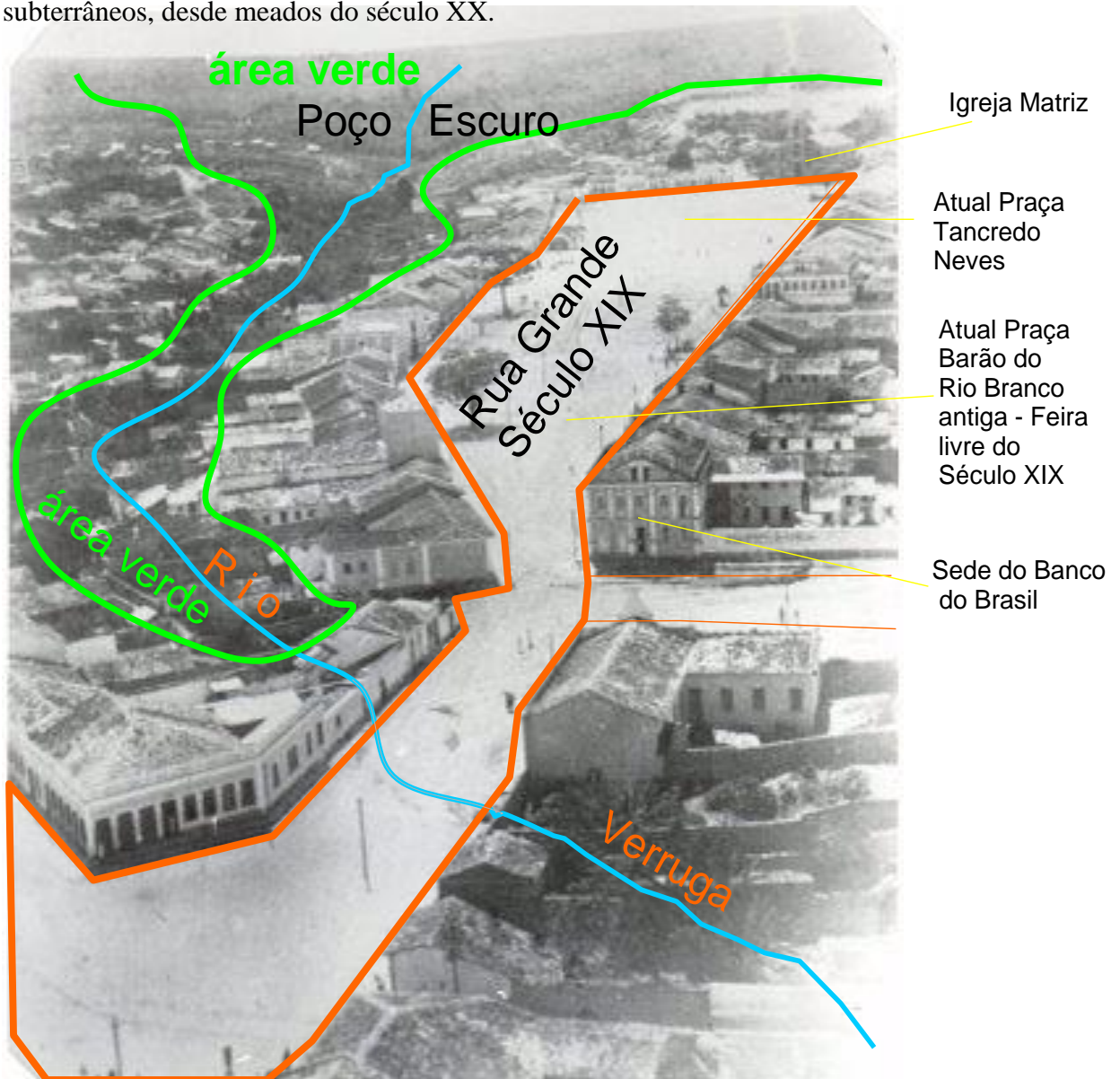


Figura 3- Rua Grande final do século XIX, atual Praça Tancredo Neves e Pça Barão do Rio Branco-

Fonte: Elaborado pelo autor-2011 Fotos: arquivos nr.

De acordo com Neuwied (1817), Conquista possuía uma aparência que agradava os visitantes, sobretudo porque do fundo do vale, cercado de colinas suavemente inclinadas, avistam-se os flancos e os cimos dessas colinas cobertas por matas. Essa observação da

paisagem do lugar que passou a ser a atual cidade de Vitória da Conquista, já possuía no início do século XIX, uma configuração bastante singular como descreve Neuwied, “numa das vertentes, sombreada por umbrosas florestas, Conquista forma um retângulo alongado”, com uma igreja construída no lado mais alto, ocupando todo o centro do retângulo, percebido pelo Príncipe em 1817.

Eis aí uma definição clara da composição inicial da forma urbana que a cidade de Vitória da Conquista passaria a ter dos primórdios de sua urbanização até meados do século XX. Essa forma inicial foi definida pela topografia do lugar e pela herança dos colonizadores Europeus que tinha como princípio básico o Catolicismo atrelado ao Estado e, por conseguinte, em todos os vilarejos fundados no Brasil nesse período, a primeira obra a ser construída era uma igreja para demonstrar como deveria ser a conduta social e culturas dos moradores de cada lugar, (figura 4).



Figura 4- Foto da Primeira Igreja Católica construída entre 1809 e 1820, ao fundo, casas coloniais do período, é o marco inicial do Arraial da Conquista-BA. Fonte: Arquivo Público Municipal-2009

O ritmo socioespacial da vila nesse período foi moldado pela condição econômica dos habitantes da época que se resumia às famílias do Capitão mor Antônio Dias de Miranda e seus descendentes, as famílias do Coronel João Gonçalves da Costa e seus descendentes, além

de alguns outros comerciantes, tropeiros, vaqueiros, ferreiros e artesãos que por aqui aportaram.

Isso por que durante muito tempo por mais de dois séculos (séc. XVIII e XIX), a atividade econômica que prevalecia nas terras pertencentes a atual Vitória da Conquista era a pecuária extensiva que não necessitava de grande quantidade de mão de obra, mesmo tendo à disposição na época a mão de obra escrava e indígenas para realizar tarefas, a vasta região não era tão densamente povoada.

Em uma fala do Príncipe Neuwied (1817) ele confirma essa condição socioespacial da época quando ele diz “o Governo colocou nessas aldeias, diretores portugueses para civilizar os selvagens”; mas esse processo atua muito lentamente e com pouca eficácia, pois os “diretores são eles próprios, homens incultos, muitas vezes soldados e ou marinheiros”. Segundo Neuwied, estes serviam apenas para escravizar índios e fiscalizar os já escravos negros trazidos da África.

O Arraial da Conquista teve suas primeiras edificações construídas às margens do Rio Verruga no local que mais tarde foi chamado de rua grande, hoje três praças: Praça Caixeiro Viajantes, Praça Barão do Rio Branco e Praça Tancredo Neves. A presença da água explica o início do núcleo urbano nessa posição, assim como todas as cidades brasileiras que tiveram origem no século XVI ao XIX, todas elas tiveram um núcleo central às margens de um rio ou de uma lagoa. No caso do Arraial da Conquista, as casas foram edificadas com os fundos de quintais voltados para a beira do córrego que marca o leito principal Rio Verruga. Os primeiros arruamentos seguiu o curso do rio, com ruas perpendiculares que davam passagem de um lado para o outro, a rua grande era o centro de tudo e funcionou como principal centro funcional desde a sua fundação até meados da década de 1940, quando teve sua ampla espacialidade subdividida em quarteirões e praças menores.

A preocupação com certa planificação já era perceptível em Conquista desde os anos de 1840 quando da sua passagem de Arraial para Villa Victória. O perfil urbano de Conquista era definido por representantes da comunidade que estava em formação nessa época. Havia uma preocupação com a expansão urbana principalmente com a abertura de becos e travessas perpendiculares ao centro da Vila que funcionava ao redor da Rua Grande.

Logo após a passagem para o status de Vila em 1841, foi criada uma comissão para elaborar e definir a abertura de novas ruas do Vilarejo, segundo essa comissão (1841) deveria haver três becos novos com duas braças de largura cada um, outro em direitura à fonte, lugar



indispensável para o trânsito dos que vão buscar água. Na rua nova também uma outra abertura com quatro braças e meia, por ser a ligação com a Estrada Geral que se segue para diferentes lugares.

A comissão segue o seu planejamento, apontando ainda mais quatro ruas travessas, e uma direita além das existentes, para com isso melhorarem o fluxo de pessoas e animais nessa estrutura que aos poucos se constrói. Vale lembrar que passavam pela Vila Imperial Victória em 1840, mais de “duas mil cabeças de gado por semana”, (AGUIAR, 1979), de certa forma, isso preocupava os moradores pela convivência entre essa grande quantidade de gado e as pessoas que aqui habitavam. Assim, a necessidade de expandir o número de ruas o mais rápido possível para que as boiadas não mais trafegassem pelas ruas centrais do Vilarejo e, acomodar os migrantes que chegavam.

Na Villa Victória, antiga Conquista do século XIX, embora a topografia do núcleo urbano estivesse em declive acentuado, inicialmente prevaleceu a construção de casas térreas uma ao lado da outra sem espaço e limite entre as edificações, seguindo um padrão arquitetônico português, com os casarões geminados e alinhados direto com a rua, tais construções, seguiam um padrão de moradia que utilizava-se de materiais existentes ao redor do Vilarejo, tais como tijolos, fabricados o barro do próprio quintal e telhas produzidas com argila das planícies de inundação que circundavam toda a Vila.

Nas moradias do século XIX, as telhas e tijolos eram fabricadas pelos próprios moradores dos quais utilizavam-se de pequenos fornos fabricados por eles mesmo na queima da cerâmica- (são as populares olarias- termo empregado para explicar o funcionamento da fábrica de telhas de e tijolos de cerâmica).

Outro material bastante utilizado eram as madeiras de grande porte para batentes, portas e janelas que encontrava-se em abundância no território, as portas e janelas eram fabricadas com madeira de forma mais robusta possível já que naquele período nesse contexto inicial, não utilizavam o concreto a base de cimento para as edificações. Segundo Castells (2000), a questão da moradia pode ser desvendada pela compreensão do processo social que a determina, assim destaca que:

A quantidade, a qualidade, o status e a forma da moradia resultam da conjunção de quatro sistemas: o sistema de produção deste bem durável que ela representa, o sistema de distribuição social deste produto; o sistema de distribuição social dos homens (função de seu lugar na produção e na gestão); o sistema de correspondência entre dois ou mais sistemas de distribuição. O resultado assim obtido, articula-se no sistema ideológico

(utopias urbanísticas, imagens arquiteturais etc.) que o reforça e dá-lhe uma coerência, através de sua constituição em forma material e em mito residencial. A profundidade significativa da moradia pode ser desvendada desta forma, a partir da compreensão do processo social que o determina. (CASTELLS, 2000, p. 209).

De acordo com a forma da moradia, seu processo de fabricação, os utensílios utilizados em cada época, e o seu mecanismo de evolução pode-se compreender como seu uso se tornou socialmente reconhecido e economicamente necessário. É importante destacar que a ocupação deste tipo de habitat, ou seja, os casarões geminados do século XIX, no primeiro momento, foram a base da elite que comandava a sociedade local e num segundo momento, com o advento de novas tecnologias da construção tais casarões perderam o seu atrativo arquitetônico, sendo na maioria das vezes abandonados ou demolidos para a construção de novos modelos de moradia.

No território próximo à Villa Victória não existiam tantos vilarejos por perto. O que existiam eram pontos de parada das tropas entre a Capital baiana e Minas Gerais passando pelo interior dos dois Estados; e pontos de parada entre o litoral sul da Bahia e as áreas de mineração - Chapada de Diamantina e Minas Gerais- passando pelas terras pertencentes a então Vila Victória. Mais tarde esses pontos de parada de tropas e tropeiros constituíram-se em arraiais e posteriormente vilarejos. Com o passar dos anos, as relações socioespaciais advindas dessa formação social incorporam novos valores sociais e os costumes da população local, passa por alterações significativas seja pelas demandas econômicas e socioculturais, seja pela expansão das formas e funções comerciais que a Villa Victória passa a exercer. Esse fenômeno acentua a estratificação social e a cada momento, novas classes sociais surgem no núcleo urbano, seja pelo fim da escravatura ou mesmo pela fixação de viajantes que passavam por aqui e aqui ficavam.

Assim, percebe-se que a estrutura espacial da sociedade conquistense, remonta a própria origem e, os traços socioculturais presentes no convívio cidadão é resultado de toda essa formação. Outro fator a considerar é que o status de Vila perdura por mais de 50 anos e, em 1840, ocorre sua emancipação, passando para a categoria de cidade, embora, permanesse com a mesma característica analisada anteriormente que era a de centro comercial e produtor de itens oriundos da atividade agropecuária.

No início do século XX, a estrutura socioeconômica urbana de Vitória da Conquista é comandada pelo processo produtivo de pequenos produtores, aliada a uma ocupação nas margens dos rios e ou nas planícies de inundação, pois, com o a abolição da escravatura em

1888, uma grande massa humana e negra, migra para o espaço urbano. Ocupando áreas próximas de alagados (mananciais e nascentes), ou para os povoados e distritos que compunham o município de Vitória da Conquista, o que demonstra uma mudança de comportamento tanto por parte da burguesia local, que começa a defender suas terras de possíveis invasões, quanto por parte das autoridades governamentais que ditam medidas para manter a “ordem” estabelecida. É a inserção no concorrente capitalismo monopolista do final do século XIX e início do Século XX.

## **CONCLUSÕES**

Ao longo deste trabalho, procurou-se demonstrar as características e transformações que teve a cidade de Vitória da conquista na sua fase inicial da formação territorial e urbana. Para isso, foram analisados os processos e formas socioespaciais que se sucederam ao longo dos tempos e suas estratégias de atuação no espaço urbano, através das transformações territoriais e socioespaciais. Para compreender como tais processos foram sendo moldados pelos atores que compõe o espaço urbano foi montada uma trajetória da formação territorial no contexto da urbanização da cidade de Vitória da Conquista, levando em consideração, as transformações socioespaciais que ocorreram entre meados do século XVIII e todo o século XIX. A tenra morfologia urbana que delineava no início da urbanização conquistense já passava por processos de planificação embora incipiente, mas somente nos finais do século XX é que a cidade de fato foi pensada na forma de uma legislação que tentava controlar e ordenar as edificações mas não somente edificações bem como serviços e equipamentos urbanos.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AGUIAR, R. Evolução territorial da Bahia. Salvador: Edba, 1979.

ALMEIDA, E. de C. Inventário dos documentos relativos ao Brasil existente nos arquivos do Conselho Ultramarino de Lisboa, vol. 1-8. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional-BN, 1936.

APB. Seção Colonial e Provincial. Série Governo. Atas da Câmara da Imperial Vila da Vitória: Correspondências. Maço 1463 – 1840-1866. Salvador: FPC, 2012.

ARAÚJO, J.J. A. Edital do ouvidor geral e Corregedor de Jacobina, sobre a jurisdição na parte do Rio Pardo entre Bahia e Minas Gerais de 26 de junho de 1766 . IN: Inventário dos

documentos relativos ao Brasil existente nos arquivos do Conselho Ultramarino de Lisboa, códice 7457, 1766. . Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional-Ba, acessado em março de 2012.

BRASIL. BIBLIOTECA NACIONAL. ANAIS: Inventário dos documentos relativos ao Brasil, existente no Arquivo da Marinha e Ultramar de Lisboa vol. 1 a 72. Rio de Janeiro. BN, acessado em março de 2012.

BRITO, J. de S. da G. de M. e T. G. de. Ofício do Governador da Bahia, Conde da Ponte para o Visconde de Anadia, sobre a exploração das margens do Rio Pardo, pelo Capitão mor João Gonçalves da Costa- Bahia, 31 de maio de 1807. Códice, 29.878 IN: Inventário dos documentos relativos ao Brasil existente nos arquivos do Conselho Ultramarino de Lisboa, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional-BN, acessado em março de 2012.

CASTELLS, M. A questão urbana, Trad. Arlene Caetano, 4ª Ed. São Paulo: Paz e Terra 2009.

\_\_\_\_\_. A questão urbana, Trad. Arlene Caetano, Edição e Reimpressão. São Paulo: Paz e Terra 2000.

COSTA, J. G. Memória sumária e compendiosa da conquista do Rio Pardo, pelo Capitão mor João Gonçalves da Costa- Bahia, 1806-1807. Códice, 29.878 IN: Inventário dos documentos relativos ao Brasil existente nos arquivos do Conselho Ultramarino de Lisboa, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional-BN, acessado em março de 2012.

HARTSHORNE, Richard. Propósitos e natureza da geografia. São Paulo: Hucitec, 1978.

MARIZ, P. L. documentos sobre a exploração das margens do Rio Pardo e do Rio de Contas entre 1724 a 1738. Códice, 29.878 IN: Inventário dos documentos relativos ao Brasil existente nos arquivos do Conselho Ultramarino de Lisboa, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional-BN, acessado em março de 2012.

MAXIMILIANO, P de W. N. (1817) Viagem ao Brasil. São Paulo, trad. Edgard Sussekind de Mendonça e Flávio Poppe de Figueiredo: Companhia Ed. Nacional, 1940.

\_\_\_\_\_. (1817) Viagem ao Brasil 1815-1817. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

MENEZES, V. F. C. de. Carta ao Rei de Portugal João V, em 15 de março de 1728, sobre a conquista do Gentio “bárbaro” no “Certão” do Rio das Contas, Rio Verde. Cabeceiras do Rio São Matheus e do Rio Pardo. IN: Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no arquivo de Marinha e ultramar de Lisboa. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional-Ba, 2012.

MENEZES, M. da C. Ofício para Martinho de Mello e Castro sobre a Capitania de Ilhéus, Lisboa, 12 de agosto de 1780. IN: Inventário dos documentos relativos ao Brasil existente nos arquivos do Conselho Ultramarino de Lisboa, códice 10653, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional-BN, acessado em março de 2012.

RAFFESTIN C. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

ROCHA, Altemar Amaral. Sociedade & Natureza: A produção do espaço urbano em bacias hidrográficas, Vitória da Conquista, Edições UESB, 2011.



SANTOS, M. Metamorfoses do Espaço Habitado. 6ª ed. São Paulo: Edusp, 2008.

\_\_\_\_\_. A natureza do espaço: técnica e tempo razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2004.

VALENÇA, M. de. Carta patente pela qual o Governador Marquez de Valença nomeou João Gonçalves da Costa a Capitão mor da Conquista do sertão da Ressaca - Bahia, 31 de julho de 1781. Códice 21.725. IN: Inventário dos documentos relativos ao Brasil existente nos arquivos do Conselho Ultramarino de Lisboa, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional-BN, acessado em março de 2012.